



ACORDO DE COOPERAÇÃO MGI nº 6/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRA A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS A ABBC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A União, por intermédio do MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, por meio de sua Secretaria de Governo Digital, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.489.828/0074-00, com sede na SEP 516, Bloco D, Lote 8, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-524, doravante denominada SGD/MGI, consoante Anexo I ao Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, e subdelegação de competência constante no art. 7º da [Portaria GM/MGI nº 572, de 8 de março de 2023](#), neste ato representada por seu Secretário de Governo Digital, **ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS**, nomeado pela Portaria nº 1.092, de 23 de janeiro de 2023, e a **ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS**, fundada no dia 23 de março de 1983, uma Associação sem fins lucrativos, que congrega instituições financeiras e instituições congêneres, de âmbito nacional ou regional, que poderão aderir a este Acordo de Cooperação, sujeitando-se a essa parceria e aos seus termos, independentemente de suas próprias qualificações, doravante denominada **ABBC**, RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, tendo em vista o que consta do Processo n. SEI-M 19974.101921/2023-12 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Souza Mascarenhas, Secretário(a)**, em 18/03/2024, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Vinícius Mesquita, Diretor(a)**, em 18/03/2024, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Gladyer Rabelo, Usuário Externo**, em 19/03/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Scorsato, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Fernando von Gal, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40737368** e o código CRC **7FB10AA7**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

Para perfeito entendimento e interpretação deste ACORDO, serão adotadas as seguintes definições, no singular ou no plural:

I - **Bancos**: entidades associadas à ABBC que, por meio da celebração do Termo de Adesão previsto neste ACORDO, integrarão este ACORDO;

II - **Usuários Finais ou Usuário**: pessoas físicas, que sejam clientes dos Bancos e desejem usar os Serviços Públicos disponibilizados pela SGD/MGI, por meio dos mecanismos de autenticação previstos neste ACORDO;

III - **Plataforma ou Plataforma de Autenticação do Governo Federal**: aplicação do Governo Federal desenvolvida pela SGD/MGI para utilização em dispositivos móveis ou *plataformaweb*, com a finalidade de prover funcionalidades diversas aos seus Usuários, especialmente a autenticação da identidade dos Usuários, mediante utilização de dados de terceiros ou do próprio Usuário, de acordo com os termos de uso, Política de Privacidade e outras políticas publicadas, se houver, e aceitas pelos Usuários;

IV - **API**: Interface de Programação de Aplicativo (*Application Programming Interface*) que contém instruções e padrões de programação definidos, para acesso por um terceiro a um aplicativo ou *software* de outrem. As APIs provêm pontos de entrada e documentação técnica para determinar como um programador pode realizar uma tarefa através de operações de sistemas informatizados;

V - **Política de Privacidade**: documento que expressa as práticas realizadas pela SGD/MGI em relação às informações de navegação, de localização (dentre outras) dos seus usuários, quer tais informações sejam obtidas pela impositação direta de dados pelo Usuário ou pela captura automatizada efetuada pelo parceiro em nome do próprio Usuário;

VI - **Plano de Trabalho**: anexo deste ACORDO com as especificações das fases de implementação do objeto deste ACORDO. Em caso de conflito, as disposições deste ACORDO prevalecem sobre as disposições do Plano de Trabalho; e

VII - **Serviços Públicos**: serviços disponibilizados aos Usuários por meio da Plataforma.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO ACORDO

O presente ACORDO tem por objeto estabelecer parceria entre a SGD/MGI e a ABBC, visando ao uso da AF dos Bancos que aderirem ao presente ACORDO na Plataforma de Autenticação do Governo Federal, possibilitando que os Usuários Finais possam, voluntariamente, realizar suas identificações e autenticações na referida Plataforma para fins de cadastro e utilização de Serviços Públicos por meio da validação de suas identidades pelo Banco de que forem clientes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o Usuário Final opte por realizar sua identificação e autenticação, para fim de cadastro, na Plataforma, por meio do Banco, este fornecerá à SGD/MGI, na forma que vier a ser acordada entre os partícipes, o nome e o CPF (“Dados”) dos Usuários Finais assim cadastrados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A adesão a este ACORDO é franqueada a cada Banco, sendo facultativa sua participação. Caberá à ABBC, por meio de Termo de Adesão, viabilizar a integração de cada Banco que decidir aderir a Plataforma de Autenticação do Governo Federal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os Bancos que aderirem ao ACORDO agirão em conformidade com as orientações da ABBC, mantendo-se a responsabilidade da organização celebrante.

PARÁGRAFO QUARTO - Os aspectos técnicos e operacionais para conexão e validação de dados via AP serão definidos entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I, caput, do artigo 43, do Decreto n. 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao Acordo de Cooperação, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA SGD/MGI:

I - Não interferir, modificar, interromper ou desativar funções ou funcionalidades da API do Banco, valendo-se de qualquer mecanismo para restringir ou controlar a função ou a funcionalidade, superar, evitar, ignorar, remover, desativar ou, de outra forma, burlar quaisquer mecanismos de proteção ou monitoramento do *software* da API do Banco.

II - Fornecer aos Bancos as informações, inclusive técnicas, que sejam necessárias para a realização da integração das APIs dos Bancos com a Plataforma de Autenticação do Governo Federal.

III - Informar aos Bancos, com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, qualquer inclusão de novos serviços, ações ou campanhas que possam gerar aumento no número de autenticações simultâneas nas respectivas APIs.

IV - Manter a segurança, sigilo e confidencialidade dos Dados, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a realizar o acesso aos Dados e a proteger os Dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

V - Restringir o acesso aos Dados apenas àqueles que efetivamente tenham necessidade de acessá-los para o cumprimento deste ACORDO e no limite necessário ao tratamento desses Dados, garantindo que todos que tenham ou possam ter acesso aos Dados respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança dos Dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA ABBC:

I - Fomentar a adesão dos Bancos ao presente ACORDO.

II - Intermediar as discussões sobre o objeto deste ACORDO com os Bancos durante todo o período da sua vigência.

III - Encaminhar os termos de adesão assinados, com os documentos que comprovam que os BANCOS atendem às condições estabelecidas pelos artigos 34, 39 e 40 da Lei nº 13.019, de 2014.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DOS BANCOS QUE ADERIREM AO PRESENTE ACORDO:

I - Fornecer à SGD/MGI, por e-mail ou mediante disponibilização em URL, a documentação relativa à sua API, a ser divulgada posteriormente à formalização do presente ACORDO ou de outra forma que venha a ser acordada entre os partícipes.

II - Disponibilizar à SGD/MGI as atualizações ou modificações de sua API, *viae-mail* ou por URL específica, ou por outra forma que venha a ser acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Para os fins de direito, a SGD/MGI reconhece que a propriedade intelectual e os direitos autorais da API de cada BANCO pertencem exclusivamente a ele, assim como os Bancos e a ABBC reconhecem que a propriedade intelectual e os direitos autorais da Plataforma pertencem à SGD/MGI, razão pela qual é vedado à SGD/MGI, em relação às APIs, e aos Bancos e à ABBC, em relação à Plataforma, por si ou por terceiros, promoverem qualquer tipo de cópia, engenharia reversa, obra derivada, modificação, customização, desenvolvimento, manutenção, suporte, capacitação ou consultoria, dentre outros serviços incidentes sobre elas, sem autorização expressa e por escrito dos respectivos titulares.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os partícipes declaram que a API e a Plataforma não violam direitos de terceiros responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos que nesse sentido vierem a causar uma à outra.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ATUALIZAÇÕES E FUNCIONALIDADES

O Banco poderá atualizar ou modificar a API, disponibilizando as alterações à SGD/MGI, *viae-mail* ou pela URL pré definida, ou de outra forma que venha a ser acordada entre os partícipes. Da mesma forma, a SGD/MGI poderá atualizar ou modificar a Plataforma, disponibilizando as alterações aos Bancos, desde que tais atualizações e modificações não afetem as API ou não impliquem em novos desenvolvimentos pelos Bancos.

As funcionalidades acessíveis pela SGD/MGI através da API do Banco estarão especificadas em URL a ser

informada pelo Banco, as quais são passíveis de modificações, restrições ou inclusões, sem aviso prévio pelo Banco, desde que tais atualizações e modificações não afetem as APIs ou não impliquem em novos desenvolvimentos pela SGD/MGI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os partícipes comprometem-se a comunicar, por meio *doe-mail* cadastrado, o surgimento de novas versões das APIs ou Plataforma. A referida comunicação deverá ser feita pelo menos 15 (quinze) dias antes do encerramento do acesso por meio da versão vigente da APIs.

PARAGRAFO SEGUNDO - Visando a fins de prevenção a fraude, manutenções e/ou quaisquer outras providências que se façam necessárias para garantir o bom desempenho de suas APIs, os Bancos podem realizar modificações, interrupções ou desativações de funções ou funcionalidades das APIs, sem a necessidade de comunicação prévia à SGD/MGI prevista no parágrafo primeiro acima.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO SUPORTE

O Banco disponibilizará canal de suporte para a SGD/MGI a fim de solucionar eventuais dúvidas e questionamentos sobre o funcionamento de sua API, na forma que vier a ser definida por cada Banco. O canal que será disponibilizado será definido por cada Banco, a seu exclusivo critério.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A SGD/MGI será a única responsável pelo atendimento aos Usuários Finais respeito de eventuais questionamentos e dúvidas sobre o funcionamento da Plataforma e da API dos Bancos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em razão do disposto acima, os Bancos e a ABBC não serão responsabilizados de nenhuma forma em razão dos questionamentos e dúvidas dos Usuários Finais sobre o funcionamento da Plataforma e da API, nem em razão de indisponibilidades e falhas na Plataforma ou API.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A SGD/MGI ficará integralmente responsável quanto ao disposto no parágrafo anterior, devendo indenizar os Bancos e a ABBC por qualquer dano que venham a ter bem razão desses questionamentos, falhas ou indisponibilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PERMISSÃO DE ACESSO

Quando do acesso do Usuário Final à Plataforma, a SGD/MGI o direcionará para ambiente de segurança do Banco, em que o Usuário Final autorizará o acesso pela SGD/MGI aos seus Dados, possibilitando ao Banco o envio à SGD/MGI de uma chave eletrônica (*token*) que valida a autorização dada pelo Usuário a uma aplicação externa e o intercâmbio de informações entre os partícipes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A identificação e autenticação do Usuário Final, bem como o compartilhamento dos Dados pelos Bancos à SGD/MGI somente ocorrerá pontualmente e por iniciativa do Usuário Final, sendo necessária a interação do Usuário Final com o Banco para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será permitido o cadastro ou conexão à Plataforma de autenticação, na forma especificada no *caput*, apenas de Usuário Final que figure, cumulativamente, como cliente do BANCO e usuário do aplicativo *Mobile* e/ou *Home banking* do Banco.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A afirmação do Banco no sentido de que os Dados foram enviados e a autenticação foi realizada não poderá ser questionada pela SGD/MGI (“Não Repúdio”).

PARÁGRAFO QUARTO - Em razão do disposto no parágrafo terceiro acima, a SGD/MGI não poderá atribuir ao Banco qualquer responsabilidade por questionamentos dos Usuários Finais relativamente ao envio dos dados pelo Banco e à autenticação realizada. Os partícipes definirão qual será o mecanismo de Não Repúdio das informações, de forma que se torne indubitável o envio dos dados pelo Banco para a SGD/MGI.

CLÁUSULA NONA – DOS DADOS ACESSADOS

Ao utilizar a API do Banco a SGD/MGI acessará os Dados do Usuário Final que autorizar tal acesso, como se tais dados tivessem sido fornecidos diretamente pelo Usuário Final à SGD/MGI, ficando esta responsável pelo tratamento dado a esses Dados, pela destinação e pela guarda do sigilo das informações acessadas, pela observância das leis de sigilo, pela proteção de dados e pela privacidade do Usuário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Banco obterá, por meio da API, autorização do Usuário Final para compartilhamento dos Dados à SGD/MGI, informando ao Usuário Final quais dados cadastrais serão compartilhados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A SGD/MGI deverá dar transparência ao Usuário Final, por meio da Política de Privacidade da Plataforma, a respeito de como se dará o tratamento, a guarda, o armazenamento e a garantia da segurança dos Dados obtidos, bem como da finalidade de sua utilização.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A utilização dos Dados cedidos se dá unicamente para o objetivo ajustado, sendo vedada a utilização para fins diversos dos indicados, bem como a disponibilização e/ou cessão a terceiros sem a prévia anuência dos partícipes.

PARÁGRAFO QUARTO - O cancelamento do acesso da SGD/MGI aos Dados do Usuário Final não afetará relação do Banco com o Usuário Final que, caso queira cancelar a divulgação de seus Dados pelo Banco, deverá requerê-la diretamente ao Banco.

PARÁGRAFO QUINTO - Os partícipes se comprometem a adotar todas as medidas de segurança aplicáveis à garantia da guarda segura dos Dados do Usuário Final que venham a acessar por meio das APIs e da Plataforma, bem como para a preservação do sigilo e privacidade dos Dados e demais informações do Usuário Final.

PARÁGRAFO SEXTO - A SGD/MGI isenta o Banco da responsabilidade de qualquer violação das disposições da presente Cláusula e/ou legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o Banco seja obrigado, administrativa ou judicialmente, a indenizar qualquer Usuário Final por violação à legislação de proteção de dados e privacidade, a SGD/MGI se compromete a ressarcir integralmente toda e qualquer perda e/ou dano de quaisquer naturezas sofridas pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS LIMITAÇÕES DE USO DAS APIS

O Banco poderá limitar o uso das APIs a um número de conexões, volume de dados ou qualquer outro

critério, em virtude de contingência operacional ou denúncia deste ACORDO.

PARÁGRAFO ÚNICO - As limitações previstas na *aput* serão definidas por comum acordo entre os partícipes, ficando eles obrigados a respeitar as limitações acordadas, sujeitando-se às sanções cabíveis, em caso de não cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A SGD/MGI se compromete a informar ao Banco, antecipadamente à divulgação, qualquer modificação, supressão ou inclusão de condições na sua Política de Privacidade, facultando-lhe a imediata interrupção do acesso às funcionalidades da sua API, no caso de a alteração causar prejuízo ao Usuário Final ou ao próprio Banco. A SGD/MGI é a única responsável pela sua Política de Privacidade e o Banco não tem nenhuma obrigação em relação a ela ou em relação às atividades de tratamento dos Dados realizada pela SGD/MGI, por outros órgãos governamentais ou por quaisquer terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - A SGD/MGI garante que sua Política de Privacidade será suficientemente clara ao Usuário Final, em atendimento ao princípio da transparência, esclarecendo quais são os deveres e direitos da SGD/MGI e do Usuário Final, mantendo o Banco indene de todo e qualquer prejuízo decorrente da reclamação de terceiro que tenha por pedido ou fundamento a falta de clareza ou a ilegalidade de suas disposições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA

A SGD/MGI e o Banco gerenciarão a segurança das informações e dados obtidos a partir do uso da APIs, de modo a restringir o acesso não autorizado a tais dados e informações, comprometendo-se a orientar seus empregados, prepostos e representantes a adotarem todas as medidas necessárias para afastar os riscos de quebra de segurança da informação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE AUDITORIA

O Banco poderá, mediante prévia solicitação, realizar auditorias pré-agendadas nas instalações da SGD/MGI, com a menor interferência possível em suas atividades, acompanhadas por funcionários designados pela SGD/MGI, durante o horário comercial regular, para verificar o cumprimento deste ACORDO e da correta e adequada utilização de sua API.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO ACESSO

Caso a SGD/MGI ou o Banco viole alguma cláusula ou condição constante neste ACORDO, o acesso à API do Banco poderá ser suspenso ou encerrado pelos partícipes, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de apuração posterior da responsabilidade da SGD/MGI ou do Banco por descumprimento contratual e de reparação pelos danos causados ao outro em decorrência de tal descumprimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de rescisão deste ACORDO, todos os acessos concedidos à SGD/MGI e Banco na forma de suas cláusulas e condições cessarão imediatamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE

Os partícipes comprometem-se a manter em sigilo as informações confidenciais trocadas ou acessadas em razão deste ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A SGD/MGI não poderá utilizar o nome/marca do Banco em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos, etc., sem a prévia e expressa autorização do Banco, sob pena de imediata rescisão do presente ACORDO, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da SGD/MGI em indenizar o Banco pelos danos causados em decorrência da utilização de seu nome/marca de forma indevida.

PARÁGRAFO ÚNICO - A utilização de publicidade envolvendo marcas e respectivos logotipos de propriedade dos partícipes, sob qualquer pretexto, dependerá de prévia concordância da respectiva proprietária das marcas, inclusive no que se refere à produção de peças de divulgação que façam menção direta à API do Banco ou à rede de serviços do Banco, que envolvam ou mencionem, direta ou indiretamente, a API do Banco e o objeto deste ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESTRIÇÃO À OFERTA DE PRODUTOS

Sem prejuízo do disposto neste ACORDO, a SGD/MGI se compromete a não ofertar aos Usuários Finais produtos que incentivem ou promovam atividades ilegais ou violação de direitos de terceiros, nem tão pouco ofertará produtos e/ou serviços financeiros de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A SGD/MGI é integralmente responsável pela Plataforma de Autenticação do Governo Federal, outras plataformas a ela associadas, Aplicativos e Apps e/ou serviços fornecidos pela SGD/MGI e/ou demais entidades governamentais, necessários à implementação deste ACORDO, bem como pelo relacionamento com os Usuários Finais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sem prejuízo do disposto na ~~caput~~ desta cláusula décima sétima, a SGD/MGI é também responsável por (i) fraudes ocorridas na autenticação realizada pelos Bancos dos Usuários Finais, (ii) qualquer indisponibilidade da Plataforma, (iii) uso dos Dados e por qualquer decisão tomada pela SGD/MGI ou por qualquer entidade pública com base na identificação, autenticação e nos Dados fornecidos pelos Bancos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em razão do disposto nesta cláusula décima sétima, a SGD/MGI isent integralmente os Bancos ou a ABBC de qualquer responsabilidade e obriga-se a indenizar quaisquer perdas e danos que venham a ser causados aos Bancos, à ABBC, aos Usuários Finais e a terceiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O disposto no parágrafo primeiro e segundo acima não se aplica aos casos em que restar comprovado que as fraudes foram causadas diretamente e de forma intencional pelos bancos.

PARÁGRAFO QUARTO - Em nenhuma hipótese o Banco indenizará a SGD/MGI por perdas e dano decorrentes de fraudes e/ou ações maliciosas em processos, sistemas/API do Banco.

PARÁGRAFO QUINTO - A API do Banco deverá ser usada pela SGD/MGI na estrita observância deste ACORDO, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

PARÁGRAFO SEXTO - A SGD/MGI se compromete a não usar a API do Banco para incentivar ou promover atividades ilegais ou violação de direitos de terceiros.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o Banco seja obrigado, administrativa ou judicialmente, a indenizar qualquer Usuário Final por quaisquer danos decorrentes do uso indevido de sua API pela SGD/MGI, causados por si ou seus prepostos e representantes legais, a SGD/MGI se compromete a ressarcir integralmente tudo quanto for pago pelo Banco a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A ABBC apresentará relatório simplificado da execução do objeto, no prazo de 30 dias após o término da vigência deste instrumento, prorrogável por mais 30 dias, a critério do administrador público, contendo:

I - descrição das ações desenvolvidas para a execução do objeto, para demonstrar o alcance dos resultados esperados;

II - dados relacionados às adesões de seus associados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso o cumprimento das responsabilidades já esteja comprovado no processo pela existência de documentação suficiente apresentada pela ABBC ou pelo teor dos documentos produzidos pela SGD atestando a execução do objeto, o administrador público poderá decidir pelo imediato arquivamento do processo, sem necessidade de apresentação do referido relatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente ACORDO acarretará a responsabilidade civil e criminal da Parte que comprovadamente tiver colaborado ou descumprido qualquer de suas disposições.

PARÁGRAFO ÚNICO. A execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este instrumento, com o disposto na Lei nº 13.019/2014, no Decreto n. 8.726, de 2016 ou nas disposições normativas aplicáveis pode ensejar aplicação à ABBC e aos bancos que aderirem ao acordo, garantida prévia defesa, das sanções previstas nesses diplomas normativos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente ACORDO terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, por meio de termo aditivo, mantidas as Cláusulas e condições ora pactuadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente ACORDO, a qualquer tempo mediante aviso prévio por escrito ao outro Partícipe, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem qualquer ônus para o Partícipe denunciante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Todas as ações decorrentes do presente ACORDO, se de interesse dos partícipes, serão objeto de formalização em instrumentos próprios;

II - O presente ACORDO não tem o condão de constituir qualquer direito, à ABBC ou ao Banco, de contratação futura de seus serviços;

III - Não haverá repasses de recursos, de quaisquer espécies, entre os partícipes para as atividades que compõem o objeto deste ACORDO;

IV - Cada um dos partícipes, nos termos deste ACORDO, responderá isoladamente por suas obrigações civis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias, não importando o presente na criação de qualquer vínculo societário, empregatício, associativo, de representação e/ou consórcio entre os partícipes, seus sócios, afiliadas, controladas e/ou respectivos funcionários, sendo expressamente excluídas quaisquer presunções de solidariedade entre ambos no cumprimento de suas obrigações;

V - Os partícipes concordam que cada um deles é parte autônoma e independente e que nenhum deles, em relação ao outro, será considerado empregado, agente, distribuidor ou representante;

VI - Nenhuma cláusula, termo ou condição deste ACORDO poderá ser interpretado como obrigação ou promessa de repartição ou compartilhamento de receita, lucros, ou qualquer outra forma de contraprestação que não o expressamente previsto neste ACORDO;

VII - Os partícipes se obrigam a tomar todas as cautelas necessárias para a perfeita execução de todos os termos e condições aqui estabelecidos, acordando que havendo a impossibilidade legal ou justificável de efetivação de quaisquer atribuições e obrigações, o Partícipe responsável deverá sugerir formas de compensação para o Partícipe prejudicado, que poderá optar pela(s) que entender mais justa(s);

VIII - Quaisquer alterações ou modificações no presente Instrumento somente serão válidas e exequíveis mediante a celebração de termo aditivo escrito e firmado por ambos os partícipes;

IX - A omissão ou tolerância dos partícipes em exigirem o estrito cumprimento das atribuições e obrigações previstas neste Instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, obrigando os partícipes e respectivos sucessores;

X - O objeto deste instrumento é contratado sem direito de exclusividade a nenhum dos partícipes, estando a ABBC, os Bancos e a SGD/MGI autorizados a formalizar outras parcerias/acordos/contratos similares ou idênticas com terceiros;

XI - A declaração de invalidade ou ineficácia de qualquer das disposições do presente Instrumento não implicará invalidade ou ineficácia das demais. Sempre que possível, as disposições consideradas inválidas ou ineficazes deverão ser reescritas através de termo aditivo, de modo a refletir a real e inicial intenção dos partícipes, em conformidade com a legislação aplicável;

XII - Os partícipes arcarão com as próprias despesas incorridas para a celebração deste ACORDO; e

XIII - Fica expressamente estabelecido que nenhum dos partícipes está autorizado a contratar qualquer serviço ou adquirir qualquer bem em nome do outro Partícipe.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser rescindido em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por força de ato unilateral de qualquer dos partícipes, mediante comunicação prévia, do Partícipe que dele desinteressar, assumindo cada Partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os partícipes poderão rescindir o presente ACORDO, de imediato, por simples notificação e de pleno direito, caso ocorra qualquer uma das seguintes hipóteses:

1. Cassação de qualquer licença expedida por órgão oficial, que seja obrigatória para o exercício das respectivas atividades;
2. Descumprimento deste ACORDO ou infração de qualquer uma das suas cláusulas, sem prejuízo de indenização por perdas e danos;
3. Descumprimento por qualquer dos partícipes da Cláusula Décima terceira;
4. Prática de atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Verificado o inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas neste ACORDO, ressalvados casos fortuitos e de força maior, o Partícipe prejudicado notificará o Partícipe inadimplente e poderá rescindir o presente Instrumento se, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da notificação, o Partícipe notificado não sanar integralmente o inadimplemento/falha apontado/a.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – LEI DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Os partícipes e os Bancos aderentes deverão **observar as disposições da Lei nº 12.529/11 (“Lei de Defesa da Concorrência”)**. Os Bancos comprometem-se, ainda, a observar a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, bem como as leis e normas relativas à defesa do consumidor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA– DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste ACORDO poderão ser alteradas, à exceção da que trata do objeto e da ausência de transferência de recursos financeiros entre os partícipes, podendo ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante termos aditivos, celebrados entre os partícipes, passando esses termos a compor o referido ACORDO como um todo único e indivisível.

PARÁGRAFO ÚNICO. A minuta do termo aditivo deve ser submetida à prévia análise jurídica por parte da Consultoria Jurídica do Ministério, consoante disposto no art. 31 do Decreto nº 8.726, de 2016

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA

O presente ACORDO terá eficácia a partir da sua publicação, devendo a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos publicar seu extrato no Diário Oficial da União, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.019 de 2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA- DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, no art. 88 do Decreto nº 8.726, de 2016, e em Ato do Advogado-Geral da União.

Subcláusula Única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Seção Judiciária do Estado ou Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem, assim, justos e acordados, assinam eletronicamente o presente ACORDO, juntamente com as testemunhas infra-signatárias, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Documento assinado eletronicamente

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Secretário de Governo Digital

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Documento assinado eletronicamente

SÍLVIA SCORSATO

Presidente

ABBC - Associação Brasileira de Bancos

Documento assinado eletronicamente

CASSIO FERNANDO VON GAL

Vice-Presidente

ABBC - Associação Brasileira de Bancos

TESTEMUNHAS:

HUDSON VINÍCIUS MESQUITA

Identidade: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

CAROLINA GLADYER RABELO

Identidade: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Referência: Processo nº 19974.101921/2023-12.

SEI nº 40737368